

ENSINO DE ESPANHOL NA PERSPECTIVA DA SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO

Ana Josefina Ferrari

RESUMO: Nosso trabalho tem por objetivo analisar as diretrizes principais do método comunicativo, nos limites da Lingüística aplicada ao ensino de espanhol, e contrapô-lo ao quadro teórico da Semântica Histórica da Enunciação e da Análise do discurso de Escola Francesa (sobretudo Pêcheux e Orlandi), visando encontrar um espaço de reflexão para o problema do ensino/aprendizagem de línguas maternas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino – Espanhol Segunda Língua – Análise do Discurso

Na Lingüística Aplicada, fundamentalmente estuda-se o modo, o método e os problemas do ensino/aprendizagem de línguas maternas, estrangeiras e segundas línguas. Na análise do discurso estuda-se o discurso, entendendo como discurso a língua em movimento. Não trata da aquisição da linguagem mas trata da linguagem em funcionamento, como ação constitutiva do sujeito.

Nossa pergunta nasce do convívio com essas duas linhas de estudo, por um lado professora de segunda língua (espanhol) e pelo outro como analista do discurso. A questão, a pergunta é como incentivar o ensino na sala de ELE. A crítica se centra no modo em que é abordado o ensino de espanhol para estrangeiros. Especificamente na artificialidade que percebemos nele.

Acreditamos que esses problemas vem de longe, vem de uma discussão pouco desenvolvida ou desenvolvida em outros termos com a lingüística e com as outras áreas de conhecimento. Tem a ver com uma necessidade da

interdisciplinaridade, da discussão intensa com outras áreas do conhecimento. No que se refere a Lingüística, e especificamente a análise do discurso, muitos profissionais estão estabelecendo esse diálogo. O que quero apresentar hoje é o que acredito ser o início, o nascimento do problema da artificialidade no material didático de LE e sua conseqüente ineficácia. A raiz do problema, acreditamos, é a concepção de língua que os métodos utilizados para o ensino de LE têm. Se não temos claro o que **entendemos por língua** será muito difícil tentar **ensinar uma língua**.

Partimos do pressuposto de que a abordagem mais utilizada na atualidade para a elaboração de livros didáticos é a comunicativa. Dando uma olhada nos pressupostos teóricos dessa observamos que a língua, nesse enfoque, é considerada como um sistema que tem funções. Basta observarmos o artigo de Richards & Rodgers (1998) para confirmar nossa hipótese. Esses autores afirmam que as principais características do enfoque são:

a-La lengua es un sistema para expresar el significado

b-La función principal de la lengua es la interacción y la comunicación

c-La estructura de la lengua refleja sus usos funcionales y comunicativos¹.

De acordo com essas características, a língua seria um sistema de signos para efetivar certas funções. Enquanto **sistema para** ela se apresentaria, de acordo com este enfoque, como exterior ao homem, um **sistema para**, que o homem utiliza **para** realizar certas funções, **para** atingir objetivos, **para** exprimir significados. Assim, a língua aparece separada do homem, como instrumento utilizado pelo mesmo **para** atingir objetivos. Homem e língua separados. A língua como instrumento. Instrumentos, objetos criados pelos homens. De acordo com o Dicionário Aurélio², a definição de instrumento é a seguinte:

Objeto, em geral mais simples do que o aparelho, e que serve de agente mecânico na execução de qualquer trabalho. 2. P ext. Qualquer objeto considerado em sua função ou utilidade

¹ Richards & Rodgers "La Enseñanza comunicativa de la lengua" In **Enfoques y Métodos en la Enseñanza de idiomas**. Madrid: Cambridge University Press, 1998. (p. 74).

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988: 364.

Desse modo, parafraseando a primeira característica do enfoque comunicativo (*La lengua es un sistema para expresar el significado*), podemos dizer que

La lengua es un sistema que sirve para expresar el significado

De onde se deduz que, se a língua é um sistema que tem uma função, então

La lengua es un instrumento para expresar el significado.

Portanto, numa sentença aparentemente simples encontra-se a perspectiva que tomará o enfoque na sua realização prática. Se se considera a língua como instrumento para a realização de funções, então o ensino dela consistirá em toma-la como um bloco de conhecimentos, de significados, um bloco de palavras que podem ser combinadas, e, ensinar esse “objeto” ao aluno, começando pelos cumprimentos, por exemplo, ou pela conjugação do verbo ser no presente do indicativo.

A nossa pergunta é, realmente usamos a língua como um instrumento para expressar o que pensamos? A relação entre língua e pensamento é desse modo tão direta? Usamos a língua para expressar significados? Em que patamar fica a relação do homem com a língua? Essa é meramente instrumental?

Saussure disse no início do Séc. XX que a língua é um sistema de signos de natureza concreta, externa ao indivíduo que não pode criá-la nem modificá-la (Saussure, s/d.: 67).

Partindo da visão inovadora de Saussure outros teóricos reformularam o conceito de língua. Benveniste foi um deles. Para esse autor a língua é imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Ela interpreta a sociedade que se torna significante na e pela língua. As propriedades da língua são três, ela é composta por um número finito de unidades de sentido (signos) e regras para seu arranjo que se combinam de modo infinito. Para Benveniste a língua é um **instrumento para** descrever, conceitualizar e interpretar a sociedade. Ela é considerada como prática humana. Também pode ser considerada como um sistema produtivo, produtor de sentido, produtor de enunciações. A relação que se estabelece entre a língua e a sociedade é de todo paradoxal porque por um lado a língua é a

emanação irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supraindividual e coextensiva à toda a coletividade. (Benveniste, 1989: 101).

Esse efeito é dado pelo sistema pronominal no qual ao indivíduo dizer, *eu* reclama um *tu* e, por sua vez, essas duas pessoas se encontram em oposição com a *não-pessoa* ou *ele*. Essa última oposição, de acordo com o autor, efetuará a operação da referência e fundamentará a possibilidade do discurso sobre algo que não é alocação ou sobre o mundo. O falante, nesse ponto, fica incluído no seu discurso. A enunciação, dentro desse marco, seria uma relação do locutor com a língua. Quando o primeiro se apropria dela e a põe em funcionamento a semantiza. Portanto, o significado não estaria só na língua, surge a necessidade de um locutor que a complete ou a semantise.

Não se discute o fato de que a língua seja um sistema, mas a questão é se esse sistema é **para** alguma coisa. Aliás, se a língua é quem significa, onde fica o homem e a sociedade? Podemos pensar a língua como separada do homem?

Suponhamos que para a análise da língua, ela seja considerada como sistema e, numa tentativa fenomenológica de análise, a separemos do mundo, a ponhamos entre parêntesis para poder observá-la na sua forma. Mas, se temos que ensinar uma língua, utilizaremos o mesmo método? Consideraremos a língua como sistema, não será melhor considerá-la em funcionamento, ou seja, discursivamente, para o ensino da mesma?

A consideração da língua como sistema traz como consequência o ensino de fórmulas a serem utilizadas pelos alunos. Exemplos disso encontramos em qualquer livro didático de LE. Listas de cumprimentos, de fórmulas que o aluno aprende, decora e repete, ocupam geralmente o primeiro capítulo do livro, seguidos pelas profissões e a conjugação do verbo ser. Esses podem ser encontrados desde o livro *Hacia el Español* até ao *Viaje al Español*, ou ainda no livro do *Hispano*.

O espanhol no Brasil, hoje mais do que nunca, é facilmente encontrado. No programa infantil da Rede Record, que passa todos os dias de manhã os palhaços falam portunhol, o mágico também. As crianças os identificam como pessoas que falam essa língua e, muitas vezes repetem as frases feitas deles. O mesmo acontece nas novelas da Globo. A partir desses fatos,

dentre muitos outros que podem ser mencionados, achamos que já não é necessário iniciar os livros didáticos desse modo, como se a pessoa não tivesse tido nunca contato com a língua porque o brasileiro hoje convive com o espanhol desde a televisão até o rótulo da lata de molho de tomates. Mas, essa abordagem se dá porque ainda está-se pensando na língua em termos de bloco, de sistema o qual deve ser aprendido do início, porque se considera a língua como exterior ao homem que a utiliza para expressar significados, porque se considera estritamente que as palavras correspondem às coisas e porque não se leva em consideração que o aluno antes de entrar na sala de aula de uma língua estrangeira ele já tem experiência como falante de uma língua e, pelo menos, ouvinte da outra.

Contudo, se mudamos o modo de ver a língua e sua relação com o falante quiçá possamos ver outros resultados.

Tomemos a língua como a Semântica Histórica da Enunciação a define. Para Guimarães

A língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos (Guimarães, 1995: 69).

Ocorre um deslocamento em relação ao proposto por Benveniste. A língua é posta em funcionamento por um indivíduo, interpelado pela ideologia, que ocupa um lugar enunciativo específico para esse momento singular, no qual está sendo realizado o enunciado. Nesse acontecimento enunciativo no qual estou enunciando, eu me coloco primeiramente na posição de professora de espanhol, argentina, mestre em lingüística e admiradora da linha teórica proposta por Guimarães e Orlandi. A partir daqui, eu significo e me significo como sujeito interpelado por uma ideologia, e é desse lugar enunciativo que o meu enunciado terá um sentido. Enunciar meu nome nesse acontecimento enunciativo não tem o mesmo peso que enunciar-lo em outro acontecimento, nem a mesma significação. Do mesmo modo acontece com o aluno de uma Segunda língua. Quando o aluno em sala de aula diz seu nome ele se coloca enunciativamente numa posição determinada. Ele será aluno de ELE, será uma pessoa com uma certa história e com filiações próprias. Ele será um indivíduo interpelado pela ideologia.

O indivíduo, assim interpelado pela ideologia põe a língua em funcionamento. Ele só consegue isso porque ele é um sujeito no acontecimento enunciativo, nesse caso de dizer o próprio nome, interpelado pela ideologia. Ele põe a língua em funcionamento, relaciona seu discurso com outros discursos, com o interdiscurso, e essa relação com outros discursos constituirá a particularidade do próprio discurso. O interdiscurso é definido por Orlandi (1992: 89) como *o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido*. Esse interdiscurso se encontra dividido em regiões que refletem o modo como as diferentes posições dos sujeitos, e os lugares sociais aí representados, constituem diferentes sentidos. Essas regiões são chamadas formações discursivas.

Interpelado pela ideologia, o indivíduo é sujeito que se submete à língua, significando e significando-se pelo simbólico na história. O movimento que propomos é radicalmente diferente do proposto pelo enfoque comunicativo, no qual a língua serve para expressar significados, em que os significados estariam somente na língua e onde o indivíduo seria único e universal, desprovido do social e do histórico, que usa significados. Desse modo, não haveria produção de sentidos senão sentidos que podem ser usados. Mas se pensamos que o sujeito ao se submeter à língua, ao simbólico, para se constituir é pego pelo jogo da língua na história, pelos sentidos e não pela língua enquanto sistema, nossa perspectiva mudará radicalmente. Língua, história e sociedade se encontram articuladas na produção de sentidos. O aluno, sujeito, interpelado pela ideologia produzirá sentidos, significará e se significará como sujeito da própria história e da história. Somente desse modo ele será sujeito, só assim ele será. O sujeito, portanto, não pode ser separado da língua e da história.

Partindo desse ponto, nossa perspectiva frente ao aluno em sala de aula de língua estrangeira deve ser diferente. Primeiramente, a utilização de livros didáticos para o ensino de línguas não é a melhor escolha. Geralmente o aluno tem outros interesses, outras expectativas. O trabalho em sala de aula, acredito, deve ser mais voltado para o interesse do grupo que decidirá sobre o que quer falar, o que quer aprender, o que lhe interessa da língua, pressupostos que se encontrariam na teoria comunicativa mas que não é percebida na prática do ensino de

línguas. O professor na sala de aula só traz, apresenta, interage e aprende com o aluno e não ENSINA o que deve ser dito ou o modo certo de dizer uma ou outra coisa. Ele dá o suporte material da língua para que seus alunos se constituam como sujeitos na língua alvo. Para que se signifiquem e signifiquem na língua alvo. O material didático não será outro que o material que os mesmos alunos pedem, escolhem.

Bibliografia:

BENVENISTE, E. "Estrutura da língua e estrutura da sociedade" In **Problemas de Lingüística Geral II** Ed. Pontes, Campinas (1989).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido** Ed. Pontes, Campinas (1995)

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio**. Campinas, Editora da Unicamp (1992)

RICHARDS & RODGERS "La Enseñanza comunicativa de la lengua" In *Enfoques y Métodos en la Enseñanza de idiomas* Madrid, Cambridge University Press 1998

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São. Paulo Ed. Cultrix s/d.

SERRANI - INFANTE, C "Lingua(s), discurso e subjetividade: teoria e prática no ensino-aprendizagem da escrita" In Cabral, L. e Gorski, E. (Orgs.) **Lingüística e Ensino**. Florianópolis, Ed. Insular 1998

Ana Josefina Ferrari

é Mestre em Lingüística pela Unicamp e
professora de Língua Espanhola na Unioeste/Foz.
ana_josefinaf@hotmail.com